



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 58, DE 2010

Altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, para revogar a hipótese de perda da pensão do dependente de segurado do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas que contrair matrimônio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A alínea *c* do § 2º do art. 45 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 .....

.....

§ 2º.....

.....

c) domicílio.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revoga-se o inciso II do art. 46 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que regulamenta os benefícios pagos pelo extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), previa que os dependentes de seus segurados que se casassem perderiam o direito à pensão.

A pensão por morte surgiu com o objetivo de assegurar a sobrevivência e o nível de vida de todos aqueles que dependem do segurado falecido.

A ideia de que o casamento implicava perder a condição de dependente era destinada especialmente às mulheres e tinha a mesma natureza, justificando-se em época na qual elas, pela sua total dependência da população masculina, não tinham como se sustentar se não se casassem. Além disso, nos mesmos tempos, era considerado socialmente condenável e praticamente inaceitável juridicamente que alguém constituísse família sem que essa se baseasse no casamento formal.

Essa realidade fazia com que a existência de limitação à pensão de acordo com o estado civil do dependente fosse regra nos diversos regimes previdenciários, sendo prevista para os servidores públicos civis pela Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, e para os segurados da previdência social pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

O avanço na questão da igualdade de direitos entre o homem e a mulher, bem como o reconhecimento da entidade familiar a partir da união estável, tornaram essa ideia absolutamente extemporânea, sem justificativa social ou previdenciária.

Vale comentar que os referidos avanços sociais foram, inclusive, erigidos em normas constitucionais pela Carta de 1988, nos arts. 5º, I, e 226, § 3º, *verbis*:

**Art. 5º.....**

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

**Art. 226.....**

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Em razão desses fatos, esse tipo de limitação à pensão foi extinto para os servidores civis, na edição da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para os segurados do Regime Geral de Previdência Social, pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Ou seja, o que é relevante para determinar o direito a pensão é o grau de dependência e não o estado civil do dependente.

Assim, impõe-se corrigir esse ponto na Lei que regulamenta as pensões do IPC, que, apesar da extinção da entidade, continua regendo os benefícios de seus segurados, na forma do que estabelece a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Com esse objetivo, estamos apresentando este projeto, buscando dar tratamento isonômico a esses brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador **GEOVANI BORGES**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

## TÍTULO I

### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

.....

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

.....

.....

.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....

.....

.....

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

.....

.....

.....

Brasília, 5 de outubro de 1988.

### **LEI N° 7.087, DE 29 DEZEMBRO DE 1982**

Dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
.....  
.....

Art. 45 - O direito ao recebimento da pensão será:

I - suspenso, enquanto o segurado estiver investido em mandato legislativo federal;  
II - reduzido de 2/3 (dois terços), quando o pensionista venha a perceber, no exercício de funções, empregos, cargos públicos, ou no exercício de mandato, exceto o legislativo federal, vencimentos, salários, remunerações ou gratificações de qualquer espécie, mensalmente, em montante igual ou superior à soma de subsídios, média das diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos pensionistas com direito adquirido na forma da legislação anterior.

§ 2º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, o pensionista deverá declarar, entre 1º e 31 de março de cada ano, ou quando da ocorrência de fato que justifique à redução ou a suspensão da pensão:

- a) estar, ou não, investido no mandato legislativo federal;
- b) exercer, ou não, outro mandato, função, em prego ou cargo público e, em caso afirmativo, anexar documento comprobatório dos rendimentos auferidos, expedido pelo órgão pagador;
- c) estado civil e domicílio.

§ 3º - A omissão do pensionista quanto à obrigação fixada no parágrafo anterior implicará na suspensão automática da pensão.

Art. 46 - Perderá o direito à pensão, salvo a ocorrência da incapacidade, o dependente, de qualquer sexo:

- I - ao atingir a maioridade;
- II - ao contrair matrimônio;

III - condenado por crime de natureza dolosa e de que tenha resultado a morte do respectivo segurado.

.....  
.....  
.....

Brasília, em 29 de dezembro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

*Ibrahim Abi-Ackel*

**LEI N° 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997.**

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, na forma estabelecida nesta Lei, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas, atualizadas com base na legislação vigente à data da publicação desta Lei, bem como às pensões a conceder, no regime das Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, nº 4.937, de 18 de março de 1966, e nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

.....  
.....  
.....

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Iris Rezende*

**LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**  
**DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

.....  
.....  
.....

Art. 156. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

*Antonio Magri*

**LEI N° 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## **Título I**

### **Capítulo Único**

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º—Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

---

---

---

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo."

Senado Federal, 18 de abril de 1991. 170º da Independência e 103º da República.

MAURO BENEVIDES

#### **LEI N° 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960.**

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### **Introdução**

## CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1º A previdência social organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam econômicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar.

.....  
.....  
.....

Art. 183. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação salvo quanto às suas disposições que dependem de regulamentação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1960; 139º da Independência e 72º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

*Armando Ribeiro Falcão*

*Jorge Leite*

*Odylio Denys*

*Fernando Ramos de Alencar*

*S. Paes de Almeida*

*Ernani do Amaral Peixoto*

*Antônio Barros Carvalho*

*Pedro Paulo Penido*

*J. Baptista Ramos*

**LEI N° 3.373, DE 12 DE MARÇO DE 1958.**

Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O Plano de Previdência tem por objetivo principal possibilitar aos funcionários da União, segurados obrigatórios definidos em leis especiais e peculiares a cada instituição de previdência, meios de proporcionar, depois de sua morte, recursos para a manutenção da respectiva família.

Art 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
*Eurico de Aguiar Salles*  
*Antônio Alves Câmara*  
*Henrique Lott*  
*José Carlos de Macedo Soares*  
*José Maria Alkmim*  
*Lúcio Meira*  
*Mario Meneghetti*  
*Clovis Salgado*  
*Parsifal Barroso*  
*Francisco de Melo*  
*Maurício de Medeiros*

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a decisão terminativa.)*

Publicado no **DSF**, em 10/03/2010.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF**  
**OS:10984/2010**